



ESTUDANTES TRABALHADORES: UM ESTUDO SOBRE FRUIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR ENTRE ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC.

Walton Nascimento Da Trindade¹
Maria Luiza Levi Pahim²

RESUMO

Este trabalho investiga os razões pelas quais estudantes universitários optam por conciliar trabalho e estudos, bem como os impactos dessa decisão em sua experiência acadêmica. As políticas de democratização do ensino superior no Brasil formam o pano de fundo da discussão, destacando-se os progressos alcançados e os desafios que persistem. O foco do estudo é a reflexão sobre os desafios simbólicos e as trajetórias de estudantes, especialmente aqueles oriundos de camadas populares, evidenciando como essa condição afeta sua capacidade de fruição da experiência universitária. O trabalho foca nos alunos da Universidade Federal do ABC que mantêm atividades profissionais, buscando entender as motivações para assumirem a condição de trabalhadores enquanto fazem o ensino superior e suas consequências na vivência universitária. Conclui-se que a necessidade financeira é o principal impulsionador dessa simultaneidade de papéis, ressaltando-se a importância de políticas de apoio institucional que assegurem a inclusão e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estudantes Trabalhadores; Trajetórias Acadêmica; Democratização.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), SÃO BERNADO DO CAMPO-SÃO PAULO, Discente,
walton.nascimento@ufabc.edu.br¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, SÃO BERNADO DO CAMPO-SÃO PAULO, Docente, levi.maria@ufabc.edu.br²



INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior é um direito fundamental em sociedades democráticas, atuando como um agente transformador e impulsionador do desenvolvimento social, econômico e cultural. No Brasil, no entanto, esse direito tem sido historicamente inacessível à maioria da população, especialmente às camadas populares, que enfrentam desafios significativos para acessar e permanecer nas universidades. Para superar essas barreiras e promover inclusão social, o país implementou políticas públicas recentes voltadas para ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente para jovens de baixa renda. Nesse contexto, surge a realidade desafiadora dos estudantes trabalhadores. Este trabalho, intitulado "Estudantes Trabalhadores: um estudo sobre fruição no ensino superior entre alunos da Universidade Federal do ABC", analisa essas dinâmicas. A UFABC, estabelecida em 2005, é reconhecida por sua abordagem interdisciplinar, ênfase na pesquisa e extensão, e pela integração entre graduação e pós-graduação, posicionando-se como uma importante referência no ABC Paulista para o estudo das dinâmicas socioeconômicas e educacionais da região. O trabalho reconhece a complexidade da vida universitária para estudantes que conciliam trabalho e estudos, analisando suas implicações acadêmicas e pessoais. A pesquisa investiga os motivos que levam os alunos a trabalharem durante a graduação e os impactos dessa dualidade na vivência universitária. Focando na Universidade Federal do ABC, busca-se dialogar sobre os desafios da política de ampliação do acesso ao ensino superior em um contexto de desigualdades socioeconômicas. Inicialmente, explora-se o cenário educacional brasileiro e o impacto dessas políticas. Em seguida, o estudo analisa as políticas de permanência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes trabalhadores, identificando os principais motivos que os levam a conciliar trabalho e estudo. Por fim, são apresentadas análises de entrevistas realizadas com alunos da Universidade Federal do ABC (UFABC), concentrando-se na conciliação entre suas atividades acadêmicas e o trabalho, e as implicações dessa dualidade em sua formação e bem-estar. A partir das narrativas desses estudantes, busca-se capturar detalhes que ajudem a entender melhor como se dá a interseção entre essas duas esferas na universidade.

METODOLOGIA

Para responder ao problema levantado e do modo atender o objetivo proposto, foi realizado diferentes procedimentos metodológico. A saber, foi realizado através de pesquisa bibliográficas em teses, dissertações, artigo, livros que aborda sobre acesso das classes populares no ensino superior, questões referentes transição dos estudantes, a sobreposição de atividades, trajetórias familiares, escolar e profissional dos jovens estudantes, inserção no mercado de trabalho e permanência na universidade. Foi realizado entrevista com estudantes de graduação das diversas área de conhecimento da Universidade Federal do ABC, com objetivo de avaliar esta simultaneidade entre trabalho e estudo no ensino superior e seus impactos do trabalho na fruição no período enquanto estudam. Também foram entrevistados técnicos administrativos que acompanham esses estudantes durante essas trajetórias. Esses profissionais, TEA foram identificados buscando intermediação da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) da Pró-Reitoria da Graduação da Universidade Federal do ABC, que tem por atribuição acompanhar o desenvolvimento acadêmico das (os) estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A democratização do ensino superior no Brasil: inclusão das camadas populares no ensino superior brasileiro.

A educação é reconhecida como um direito na Constituição Federal de 1988, especificamente nos artigos 205 e 206. Ela desempenha um papel crucial no desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. No Brasil, a trajetória da educação superior é extensa e marcada por influências de diversos períodos históricos que moldaram sua organização e funcionamento. Prates e Barbosa (2015) e Almeida (2017) identificam fases distintas na expansão do ensino superior no Brasil. Até os anos 1970, o acesso ao ensino superior no Brasil estava predominantemente restrito às elites Rodrigues et al., (2011). Contudo, a partir da década de 1990, ocorreu uma expansão considerável no acesso à educação em todos os níveis, beneficiando as camadas populares Picanço, (2014); Corrochano; et.al (2020). Apesar desses avanços, persistem desigualdades, especialmente para jovens negros e de baixa renda, que enfrentam condições precárias tanto no mercado de trabalho quanto na educação (CORROCHANO, 2013, p. 23-44). Prates e Barbosas (2015) evidenciam um período crucial para a educação superior brasileira durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Nesse intervalo, uma série de mudanças substanciais foi implementada, visando democratizar o acesso e a permanência dos estudantes de camadas populares no ensino superior. Inicialmente, destaca-se a introdução de políticas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005, que possibilitou o acesso de milhares de estudantes de baixa renda às instituições privadas, por meio de bolsas integrais ou parciais. O PROUNI também estabeleceu cotas para estudantes negros, pardos e indígenas, garantindo uma representatividade mais equitativa. Além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) emergiu como uma ferramenta unificada de avaliação, permitindo que os estudantes concorressem a vagas tanto em universidades públicas quanto privadas, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do PROUNI, como destacado por Almeida e Jardim (2016). Adicionalmente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2007, também desempenhou um papel fundamental, oferecendo suporte financeiro e estrutural para os estudantes de baixa renda, contribuindo para a permanência e conclusão de seus estudos. Por outro lado, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implementado durante o governo de Lula, possibilitou a expansão das universidades federais, aumentando o número de vagas, cursos e campi, conforme apontado por (JARDIM 2016, p. 63-85). Com relação às cotas, as primeiras experiências no ensino superior público brasileiro foram iniciativas isoladas e pioneiras de algumas universidades estaduais e federais que decidiram adotar essa medida em seus processos seletivos a partir do final dos anos 2003, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) em 2004, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) 2004, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2005 e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2005 e a UFABC em 2006. Essa política evoluiu para a Lei de Cotas em 2012, sob o governo de Dilma Rousseff. Essa legislação exigia que as instituições federais de ensino superior reservassem no mínimo metade de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, com parte dessas vagas destinadas a critérios étnico-raciais. Essas medidas representaram avanços significativos na democratização do ensino superior brasileiro, permitindo o acesso de um contingente maior de jovens de camadas populares e grupos historicamente excluídos. Embora as políticas de acesso tenham ampliado as oportunidades de ingresso, muitos desses estudantes enfrentam obstáculos para concluir seus cursos, impactando suas trajetórias acadêmicas e profissionais. A expansão do ensino superior no Brasil trouxe consigo o desafio de garantir a permanência dos estudantes de baixa renda, que constituem uma parte significativa dos ingressantes, beneficiados por programas como o Reuni, o Prouni e as cotas raciais e sociais. Apesar dos avanços no acesso, a permanência ainda é problemática, como



apontado por Paixão (2019) ao dizer que “houve progressos na ampliação do acesso ao ensino superior, mas a permanência dos alunos nesse nível de ensino é ainda problemática, e um de seus indícios é o fenômeno da evasão”.

A conciliação entre estudo e trabalho é um dos principais desafios enfrentados pela juventude, especialmente para aqueles de classes populares. Muitos jovens precisam contribuir financeiramente com suas famílias, o que os leva a dividir seu tempo entre as demandas acadêmicas e as exigências do mercado de trabalho. Essa sobreposição de atividades, como apontado por Corrochano (2013), gera uma carga de estresse significativa, afetando o desempenho acadêmico e a saúde mental. Outro fator relevante é a desarticulação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, que não oferece apoio adequado para essa transição, como programas de orientação vocacional ou estágios supervisionados. Segundo Guimarães (2006), o trabalho, além de ser uma necessidade econômica, é central na construção da identidade e autonomia dos jovens, mas a precariedade nas condições de trabalho agrava as desigualdades já existentes. Sem o suporte institucional adequado, jovens enfrentam barreiras para se manterem no ensino superior e para se qualificarem profissionalmente, o que reforça a importância de políticas públicas que favoreçam essa conciliação, garantindo suporte financeiro e emocional para melhorar suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Entendendo as motivações e experiências dos estudantes trabalhadores na UFABC.

Realizamos entrevistas com nove estudantes, a maioria do Bacharelado em Ciência e Tecnologia, e três técnicos administrativos, para entender como essa dualidade impacta a vida universitária e o aproveitamento acadêmico. Os relatos revelam dimensões principais como a relação entre estudo e trabalho e as condições socioeconômicas dos estudantes. A dimensão da relação entre estudo e trabalho e as condições socioeconômicas dos estudantes destacam os desafios na gestão do tempo e na sinergia entre essas atividades. Muitos estudantes enfrentam a competição entre obrigações acadêmicas e demandas profissionais, como expresso por um entrevistado que, ao passar de estágios para um trabalho formal, sentiu a pressão aumentar. Essa transição introduziu dificuldades significativas, pois as responsabilidades profissionais frequentemente ultrapassam as 8 horas diárias convencionais, exigindo adaptações constantes. Os participantes também enfatizam a importância da mentalidade de aprendizado contínuo, onde a experiência profissional complementa a formação acadêmica. Essa abordagem reflexiva permite que os estudantes desenvolvam habilidades práticas e se adaptem às dinâmicas do mercado de trabalho, destacando a necessidade de estar aberto a novas tecnologias e abordagens. Além disso, a análise das condições socioeconômicas revela que muitos estudantes precisam trabalhar para cobrir suas despesas e contribuir com as finanças familiares. Relatos de dificuldades financeiras, como a insuficiência da bolsa para cobrir aluguel e custos de vida, evidenciam as barreiras estruturais que perpetuam desigualdades no acesso à educação. Por fim, os entrevistados destacam que, embora as políticas de cotas sejam essenciais para o acesso à universidade, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes precisam de apoio contínuo e medidas que abordem suas realidades específicas. As lacunas nas políticas institucionais e a falta de acompanhamento para estudantes trabalhadores foram evidentes, indicando a necessidade de estratégias mais direcionadas e sensíveis às complexidades enfrentadas por esse grupo.

CONCLUSÕES

Com um foco específico nesses estudantes, buscamos compreender as motivações que os levam a conciliar o trabalho com os estudos na UFABC e as consequências dessa simultaneidade. É fundamental destacar que a



análise das entrevistas com estudantes que conciliam atividades profissionais e acadêmicas revelou importantes aspectos sobre suas motivações, experiências e desafios enfrentados nesse processo. Uma constatação significativa (e esperada) é que a principal motivação para essa simultaneidade de papéis é a necessidade financeira. Mas além da questão financeira, observamos que alguns estudantes optam por conciliar o trabalho com os estudos como uma forma de adquirir experiência profissional e desenvolver habilidades relevantes para suas carreiras futuras. Essa busca por experiência prática pode ser um fator motivador adicional para essa escolha. A simultaneidade de trabalhar e estudar na UFABC é uma realidade, por isso, é importante reconhecer os desafios enfrentados por esses estudantes e a necessidade de apoio institucional para garantir sua inclusão e sucesso acadêmico, proporcionando condições adequadas para conciliar essas duas atividades de forma mais equilibrada e produtiva. É crucial considerar estratégias de apoio específicas para estudantes trabalhadores, garantindo que eles possam desfrutar plenamente das oportunidades extracurriculares e recursos oferecidos pela universidade, mesmo diante de compromissos laborais. Considerar as perspectivas e desafios dos estudantes trabalhadores é essencial para garantir que a proposta inovadora da UFABC contemple uma diversidade de experiências estudantis. O compromisso em oferecer um ambiente educacional enriquecedor deve incorporar práticas e políticas que atendam a diferentes realidades e necessidades dos alunos, promovendo assim uma formação mais holística e inclusiva para toda a comunidade acadêmica. Além disso, a criação de programas de mentoria ou orientação personalizada pode ser uma abordagem valiosa para auxiliar os estudantes trabalhadores na integração eficaz entre os compromissos acadêmicos e profissionais. Estabelecer redes de apoio entre estudantes que compartilham experiências semelhantes pode fortalecer a coesão da comunidade acadêmica e proporcionar um ambiente mais colaborativo. Para otimizar a inclusão e a participação ativa dos estudantes trabalhadores, a UFABC também pode ser adequada para explorar parcerias com empresas e organizações locais para desenvolver oportunidades de estágio ou projetos acadêmicos vinculados às atividades profissionais dos estudantes. Isso não apenas enriqueceria a experiência educacional, mas também promoveria a aplicação prática do conhecimento adquirido. É importante também que a UFABC promova iniciativas que incentivem a sensibilização e a compreensão por parte da comunidade acadêmica em relação aos desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores. Isso pode incluir campanhas de conscientização, workshops educativos e fóruns de discussão que abordem temas relacionados à conciliação entre estudo e trabalho. Ao criar um ambiente em que todos os membros da comunidade acadêmica estejam cientes e engajados nas necessidades específicas dos estudantes trabalhadores, a universidade fortalecerá os laços de solidariedade e empatia, contribuindo para uma cultura mais inclusiva e de apoio mútuo. A discussão e implementação das políticas de flexibilização nos processos de avaliação acadêmica também pode ser proveitosa para o compartilhamento de experiências se mostra essencial. Portanto, um compromisso contínuo com a melhoria e adaptação constante do modelo educacional é essencial. Ao considerar as perspectivas e desafios dos estudantes trabalhadores, a UFABC estará contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo, dinâmico e centrado no aprendizado holístico. A busca incessante por soluções inovadoras e a adaptação contínua garantirão que a universidade cumpra sua missão de proporcionar uma educação de qualidade para todos os seus estudantes, independentemente de suas circunstâncias individuais. No final, o nosso objetivo foi incentivar a comunidade acadêmica a explorar e discutir a realidade dos estudantes que trabalham e os obstáculos para uma verdadeira democratização da universidade, incluindo acesso, permanência e conclusão dos cursos. Esperamos que esta pesquisa ajude a despertar o interesse da comunidade acadêmica pela realidade dos alunos e promova a abertura de mais espaços de discussão, tanto dentro da universidade quanto em seu entorno. Uma instituição que busca uma reforma ambiciosa do ensino superior deve se pautar por uma análise crítica, embasada por dados e debatida com alunos, professores, técnico-administrativos,



movimentos sociais, instituições educacionais, jovens e a sociedade como um todo. Esse estudo suscitou um conjunto de questões que merecem maior aprofundamento no âmbito de outras agendas de pesquisa. Nesse sentido, destaca-se a análise dos impactos psicossociais da conciliação entre estudo e trabalho na saúde mental dos estudantes, incluindo estresse, ansiedade, bem como a influência desses fatores no desempenho acadêmico e na retenção dos estudantes na instituição. Além disso, uma outra área promissora para pesquisa futura é a investigação sobre as disparidades de acesso e sucesso acadêmico entre estudantes de diferentes origens raciais e socioeconômicas que conciliam estudo e trabalho. É essencial examinar como fatores como discriminação racial, desigualdade econômica e falta de suporte institucional podem impactar a experiência educacional desses estudantes e perpetuar desigualdades no ensino superior. Compreender essas dinâmicas é fundamental para promover a equidade e a inclusão no ambiente acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento vai para (CAPES), minha orientadora Maria Luiza Levi Pahim, ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFABC, minha família e a Unilab.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson Mesquita; JARDIM, Fabiana Augusta Alves. Expansão recente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? Linhas Críticas, Brasília, DF, v.22, n.47, 2016 p. 63-85.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita. Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, 2017.
- CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, 2013 p. 23-44.
- GUIMARÃES, N. A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. Organizadora Ana Amélia Camarano - Rio de Janeiro: Ipea, 2006. 332 p.332.
- JARDIM, Fabiana Augusta Alves. Pobreza e cidadania no Brasil (1985-2015): olhares a partir das relações entre trabalho e educação. CADERNOS DE PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO (USP), v. 20, p. 187-201, 2017.
- PAIXÃO, M. (2019). Desigualdade racial na educação | Observatório de Educação. Recuperado de [2].
- PICANÇO, Felícia. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições (RELET, no. 31, 2014). RELET.
- PRATES, Antonio Augusto Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Caderno: A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-339, maio/ago. 2015.
- RODRIGUES, Ivete Magália Caetano; MACHADO, Maria de Lourdes; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. Expansão do ensino superior no Brasil: avaliação como mecanismo de garantia da qualidade. 1º fórum da gestão dos países e regiões de Língua Portuguesa. Anais. Conferência Forges, Lisboa-Portugal, 2011.